

ASPECTOS DO DISCURSO DELIBERATIVO NO CONTO “TEORIA DO MEDALHÃO”, DE MACHADO DE ASSIS, EM CONEXÃO COM A BÍBLIA

ASPECTS OF DELIBERATIVE DISCOURSE IN THE SHORT STORY “TEORIA DO MEDALHÃO”, BY MACHADO DE ASSIS, IN CONNECTION WITH BIBLE

Paulo Sérgio de PROENÇA*

Resumo: Machado de Assis citou com frequência a Bíblia. Era, igualmente, hábil na utilização de recursos retóricos. O resultado é a produção de uma obra ficcional sutil e persuasiva. O discurso deliberativo é empregado na Bíblia no que se convencionou chamar *parênese* (prescrição do correto comportamento), que também se filia à rica tradição da sabedoria bíblica, cujos preceitos procuram ajuste à ordem social, em busca de felicidade. Berger (1998) faz exaustiva descrição das formulações parenéticas de textos neotestamentários, a partir dos três tipos de discurso do modelo aristotélico. A importância do gênero deliberativo pode ser notada no conto “Teoria do medalhão” de Machado de Assis, no qual a instrução pai-filho, em rito de passagem, se serve do enquadramento parenético, com dimensões de crítica social, em novo contexto histórico e literário. Mudou o cenário; o discurso deliberativo permaneceu, adaptado; daí a pujança e universalidade da Retórica, essa indispensável mediadora das interações humanas.

Palavras-chave: Retórica. Discurso deliberativo. Machado de Assis. “Teoria do Medalhão”. Bíblia.

Abstract. Machado de Assis often quoted the Bible. He was also skilled at using rhetorical resources. The result is the production of a subtle and persuasive fictional work. Deliberative discourse is used in the Bible in what is conventionally called *paraenesis* (prescription of correct behavior), which also adheres to the rich tradition of biblical wisdom, whose precepts seek adjustment to social order, in search of happiness. Berger (1998) gives an exhaustive description of the parenetic formulations of New Testament texts, based on the three types of discourses of the Aristotelian model. The importance of the deliberative genre can be noted in Machado de Assis' "Teoria do medalhão", in which parent-child instruction, in a rite of passage, makes use of the parenetic framework, with dimensions of social criticism, in a new historical and literary context. The scenario changed; the deliberative discourse remained, adapted; hence the strength and universality of Rhetoric, this indispensable mediator of human interactions.

Keywords: Rhetoric. Deliberative speech. Machado de Assis. “Teoria do Medalhão”. Bible.

Introdução

Os escritos bíblicos não foram originais, no sentido em que se serviram de modelos literários pré-existentes que veicularam, em movimentos de acomodação, as intenções

* Professor adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB, campus dos Malês, São Francisco do Conde, BA); doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: pproenca@unilab.edu.br.

comunicativas próprias. Nesse sentido, produções retóricas foram de considerável valia, e um dos domínios em que isso ocorreu foi o do discurso deliberativo, cuja intenção, segundo categorias aristotélicas, era aconselhar ou desaconselhar, tão valiosa para religiões ortopráticas, como a judaica e a cristã.

O discurso deliberativo não se aninhou apenas no âmbito da religião. A literatura amplia de forma considerável sua influência, em diversos gêneros, como contos infantis, fábulas e tantas outras manifestações; também a tradição oral o acolhe de braços abertos, em canções e ditos populares.

Apontaremos elementos deliberativos na Bíblia e no conto “Teoria do medalhão”, de Machado de Assis, notando convergências e contrastes, em duas partes. Na primeira, será abordado o parentesco entre o gênero deliberativo aristotélico e a parênese bíblica, no que diz respeito à forma e ao conteúdo, com apresentação de algumas ocorrências de parênese, a tipo de exemplificação; na segunda parte, o conto machadiano será examinado de forma sucinta, a partir do reconhecimento da presença e da força deliberativa de seu conteúdo, com menção ao efeito que isso provoca, na perspectiva das ênfases temáticas da literatura machadiana.

Breves considerações sobre o gênero deliberativo

Aristóteles foi um dos primeiros sistematizadores da retórica, entendida como conjunto de princípios destinados à persuasão. Bem elaborada do ponto de vista técnico, conforme sustenta Alexandre Júnior, a *Retórica* é

o produto da experiência consumada de hábeis oradores, a elaboração resultante da análise das suas estratégias, a codificação de preceitos nascidos da experiência com o objetivo de ajudar outros a exercitarem-se corretamente nas técnicas de persuasão. (JUNIOR, 2005, p. 16).

Aspecto importante do sistema aristotélico é a tripla categorização dos discursos (de acordo com o livro I da *Retórica*) denominados a partir da distinção de três tipos ou espécies de retórica: a judicial, a deliberativa e a epidítica, com três elementos para cada uma delas: orador, assunto e ouvinte; o ouvinte, por sua vez, pode ser espectador ou juiz; como juiz, pode julgar fatos passados ou deliberar sobre coisas futuras: “[c]ada gênero tem fim diferente: para o que delibera, o fim é o conveniente ou o prejudicial; pois o que aconselha recomenda-o como o melhor, e o que desaconselha dissuade-o como o pior” (ARISTÓTELES, 2005, p. 105).

É importante reconhecer que não há deliberação sobre tudo, pois as coisas impossíveis não podem ser objeto de deliberação. Esse gênero é também chamado de *político*, pois foi

descrito a partir das assembleias da *pólis*. Daí os temas mais importantes do gênero enumerados por Aristóteles: finanças, guerra e paz, defesa nacional, importações e exportações, legislação.

Há vínculos históricos significativos entre democracia e retórica; o nascimento de ambas ocorre em simultaneidade, conforme registros históricos de nascimento dessas irmãs. A Retórica, como sistema de princípios de bem argumentar em favor de uma causa, nasceu em contexto histórico específico, na primeira metade do séc. V a.C.: depois da ocupação de terras por mercenários em Siracusa, instalaram-se processos e júris para o restabelecimento da ordem. Isso favoreceu o aparecimento de uma arte que habilitasse os cidadãos a defender seus direitos: “foi nesse momento histórico em que a democracia se impôs à tirania, precisamente no tempo em que Atenas conheceu Péricles, que Córax e Tísias de Siracusa conceptualizaram e publicaram o primeiro manual de retórica” (ALEXANDRE JÚNIOR, 2005, p. 19).

Quanto aos gêneros aristotélicos, é apresentado abaixo um quadro-resumo; a caracterização deles favorece uma organização gráfica que apresenta de forma sinótica suas principais características:

Quadro 1 – Resumo dos gêneros aristotélicos¹

	Judiciário	Deliberativo	Epidítico
Finalidade	Acusar/ defender	Aconselhar/ desaconselhar	Elogiar/ censurar
Tempo	Passado	Futuro	Presente
Categoria	Ética	Epistêmica	Estética
Auditório	Juiz/ jurados	Assembleia	Espectador
Avaliação	Justo/ injusto	Útil/ prejudicial	Belo/ feio
Argumento-tipo	Entimema (dedutivo)	Exemplo (indutivo)	Amplificação

Fonte: Salvador Mosca, 1999, p. 32.

É importante notar que essa classificação é operativa, mas não estanque. Não há gêneros puros, no sentido em que os discursos que produzimos podem ter elementos de gêneros diferentes; contudo, um é predominante. É neste sentido que se pode falar em gêneros distintos.

¹ Aristóteles contribui para a categorização dos gêneros de discursos, princípio resgatado no letramento da educação formal, recentemente. É produtivo o princípio pedagógico que reconhece a produção de discursos em diferentes gêneros, aceitos e praticados convencionalmente. Isso facilita a inserção eficaz de estudantes na amplitude dos gêneros linguísticos produzidos pela sociedade e liberta da limitação ao gênero praticado em sala de aula. Os gêneros nascem da dinâmica das interações sociais, que relacionam diferentes auditórios e finalidades a diferentes discursos, cuja conotação política e social pode contribuir para a conservação ou para a mudança (daí a necessidade de aconselhar ou desaconselhar).

Gênero deliberativo e felicidade

Sem considerar as dimensões filosóficas e religiosas da felicidade, mencionamos apenas que Aristóteles faz aproximações sugestivas entre ela e o gênero deliberativo. Tudo o que se faz ou não se faz tem um fim, diz ele (2005, p. 109):

[...] *a felicidade, o viver bem* combinado com a virtude, ou a autossuficiência na vida, ou a vida mais agradável com segurança ou a pujança de bens materiais e dos corpos juntamente com a faculdade de os conservar e usar; pois praticamente todos concordam que a felicidade é uma ou várias destas coisas (grifo nosso).

Como elementos objetivos de reconhecimento da felicidade, Aristóteles menciona a boa reputação, que “consiste em ser [alguém] considerado por todos um homem de bem, ou em possuir um bem tal que todos, a maioria, os bons ou os prudentes o desejam” (ARISTÓTELES, 2005, p. 111). A boa reputação, por sua vez, tem como sinais a honra e a beneficência, sendo que a honra tem como componentes, dentre outros: “[...] inscrições memoriais, privilégios, principais assentos, estátuas” (ARISTÓTELES, 2005, p. 111).

Sendo o gênero deliberativo tão estreitamente vinculado à (busca da) felicidade, o objeto da deliberação deve ser o bom e o conveniente. Para Aristóteles, é bom “o que é digno de ser escolhido em si e por si” (2005, p. 113). Para ele, a honra e a glória “[...] são agradáveis e geradoras de muitos bens” (2005, p. 114), e é “igualmente bom o que é objeto de elogio, visto que ninguém louva o que não é bom” (2005, p. 115).

Gênero deliberativo, sabedoria e parênese bíblica

A sabedoria bíblica é resultado da experiência e da observação dos fenômenos que acontecem no mundo; tinha o caráter objetivo e concreto de observar o funcionamento do mundo e da sociedade e buscar inserção nessa ordem que, acreditava-se, tinha sido estabelecida por Deus.

Os sábios atestaram certa regularidade nos fatos observados e, a partir daí, procuraram verificar a existência de uma ordem que determinaria os fenômenos, uma lei vinculada a certa regularidade, que teria relação com causa e consequência. Desliza-se, então, para o campo da conduta: “se for feito isso, vai acontecer aquilo...”. Assim, a sabedoria foi agente de socialização ao propor limites e escolhas em que se deve viver. Esse papel tende a um compromisso de manutenção da ordem (PROENÇA, 2008).

Além de prática e ética, a sabedoria tinha um caráter religioso para o israelita, pois uma experiência com o mundo era também uma experiência com Deus.

Eram essas as características básicas da sabedoria, partilhadas com outros povos do Antigo Oriente com os quais houve contato e trocas; a menção à experiência com o divino é própria da sabedoria israelita², que via o mundo como acontecimento, e não como estado (AUERBACH, 2004)³; a observação dos fenômenos naturais e sociais era um meio indispensável de relação com eles, para ajuste e compreensão:

[...] o homem judeu se sentia em estreita relação pessoal com o mundo. As leis que dirigiam o mundo lhe diziam respeito, eram abertas, caminhavam em sua direção. O acontecimento em que o homem se achava envolvido tinha um aspecto que lhe cabia e se relacionava com seu comportamento. O mundo podia voltar-se para o homem, numa ação benéfica e favorável, ou se voltar contra ele, como castigo. (RAD, 1973, p. 402).

O meio ideal para ajuste à ordem natural e social é o correto procedimento prescrito pela Sabedoria, cujo conteúdo era transmitido oralmente, até se fixar de forma escrita, que conserva a riqueza dessa produção, em coletâneas específicas. A Bíblia cristã tem um bloco de escritos classificados como “livros sapienciais”, composto por *Jó*, *Salmos*, *Provérbios*, *Eclesiastes* e *Cantares* (também conhecido por *Cântico dos Cânticos*, *Eclesiástico*, *Sabedoria*). É certo que esses testemunhos escritos não registram tudo o que produziu a tradição sapiencial e não é só neles que a expressividade da sabedoria se faz presente.

Nos escritos neotestamentários em geral e nos evangelhos em particular, essa força é rica e decisiva, dado o suporte que ele oferece à busca da felicidade, resultado de ajuste harmônico à ordem natural, social e cósmica.

Jesus teve, em relação à sabedoria, a mesma postura reformadora notada em relação a outros elementos de sua tradição religiosa. Ele foi um sábio; serviu-se de máximas e pensamentos que resultaram da observação do mundo. Aforismos sapienciais foram significativos nos ensinamentos de Jesus, em que temas de provérbios do Antigo Testamento aparecem em parábolas (lugar à mesa, amigo à noite, figueira infrutífera, figura do filho), o que constitui um conjunto de experiências partilhadas da herança cultural e religiosa.

² O resultado da observação do sábio é captado em sentenças de grande impacto, observado no aspecto formal delas, com predominância de sentenças curtas, de fácil memorização, sem reivindicação de ser revelação; podem ter realce teológico na medida em que se referem à divina intervenção na ordem observada.

³ Auerbach, no primeiro capítulo de *Mimesis*, intitulado “A cicatriz de Ulisses”, faz comparação entre as narrativas bíblica e homérica. Uma das conclusões a que o autor chega é que, diferentemente da homérica, a narrativa bíblica é formada por elipses; o “acontecimento” divino é autônomo e dispensa detalhes narrativos para o efeito de torná-lo mais aceitável ou compreensível.

O Jesus dos sinóticos utiliza argumentos sapienciais para iluminar a experiência cotidiana. Ele é capaz de formular preceitos, contornos e definição do que pode ser somente atribuído a gerações. Se Jesus não formulou os pensamentos e as máximas que usou, é certo que os recebeu da tradição, assumindo-os na sua pregação. Deve-se notar, contudo, que Jesus teve autonomia para, servindo-se da tradição, modificá-la e adaptá-la a seus objetivos específicos, como pode ser notado nos versículos abaixo:

Quadro 2 – Comparação entre um provérbio e sua recepção por Jesus

Provérbios 11.24	Mateus 25.29
A quem dá liberalmente, ainda se lhe acrescenta mais e mais; ao que retém mais do que é justo, ser-lhe-á em pura perda.	Porque a todo o que tem se lhe dará, e terá em abundância; mas ao que não tem, até o que tem lhe será tirado.

Fonte: elaboração própria

É fato que Jesus está mais próximo dos desdobramentos posteriores do movimento sapiencial de Israel (*Jó e Eclesiastes*) no que diz respeito à forma de interpretação da realidade concreta, objeto de observação do sábio. Vai nisso, ao que parece, uma negação enfática de que a realidade observada seja, necessariamente, o espaço e o tempo em que a vontade de Deus impera. E, se a realidade não coincide com a vontade de Deus, não restam alternativas a não ser a recusa a acomodações. Para a radicalidade reformadora de Jesus, nem os sábios se salvam: “Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e instruídos e as revelaste aos pequeninos” (*Mateus* 11.25).

Aristóteles vincula o gênero deliberativo à busca da felicidade. Isso não é estranho ao discurso religioso. Se, para o filósofo, a felicidade é resultado do viver bem combinado com a virtude, para a religião, é o viver bem combinado com a piedade. O conhecido “sermão do monte”, registrado no evangelho de *Mateus* 5-8, é exemplo disso. O quinto capítulo registra as “bem-aventuranças”, que combinam a busca da felicidade com novos princípios de sabedoria, distribuídos ao longo dos capítulos que compõem o sermão⁴.

Do gênero deliberativo (mais precisamente de sua finalidade) procede o que, na tradição exegética bíblica, particularmente do Novo Testamento, se convencionou classificar *parênese*, com uma ressalva importante: o auditório não é mais a assembleia; agora é universal, no sentido que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) a ele atribuem; um auditório particular, como uma

⁴ A expressão *bem-aventurado* é sinônima de *feliz*, termo adotado na *Nova Tradução na Linguagem de Hoje*, da Sociedade Bíblica do Brasil.

assembleia, pode ser heterogêneo e, por isso, apresenta o desafio da defesa de argumentos que não são aceitos por todos; um recurso de superação dessa dificuldade é adotar o acordo do auditório universal, que busca uma unanimidade imaginada, desconsiderados os que não pertencem ao universo pretendido.

Gammie (2006) reconhece na literatura parenética um gênero complexo. Afirma, inclusive, que pode ser considerada gênero secundário, caso em que deve ser vista como subsidiária tanto da literatura sapiencial, como da literatura epidítica. A parênese contém princípios convencionais, cuja função é “lembrar as normas gerais de comportamento” (BERGER, 1998, p. 115).

Berger, nos anos 1990, publica *As formas literárias do Novo Testamento*, em que apresenta e avalia, em perspectiva retórica, todas as passagens do Novo Testamento, superando Bultmann e Dibelius⁵, por contemplar todas as passagens neotestamentárias. Berger classifica os textos do Novo Testamento em conformidade com a tipologia aristotélica, com o resultado seguinte:

- Simbulêuticos: pretendem mover o ouvinte a agir ou a omitir uma ação;
- Epidíticos: tencionam impressionar, para fazer sentir admiração ou repulsa;
- Dicânicos: levar o leitor a uma decisão, em uma causa.

Como se pode observar, a nomenclatura é diferente, mas o princípio de organização é o mesmo.

Exemplos de parênese bíblica

Aristóteles demonstrou a relação entre o gênero deliberativo e a assembleia da *pólis*, a partir da finalidade própria do gênero que é aconselhar ou desaconselhar. Ocorre que essa finalidade não se aplica somente às assembleias; é difusa e está presente praticamente em todas as dimensões da vida humana, em nível pessoal ou coletivo.

A tradição bíblica se apropriou de rica elaboração linguístico-retórica vinculada à finalidade do gênero deliberativo; a literatura bíblica, tanto do Antigo quanto do Novo Testamento, contém farto e rico material dessa natureza.

Reboul (2000), comentando a difusão do emprego do gênero epidítico, indica que, na era cristã, ele foi enriquecido pela pregação, para veneração dos mártires e santos e memória de seus grandes feitos. O que ele afirma do gênero epidítico vale igualmente para o deliberativo,

⁵ Martin Dibelius e Rudolf Bultmann são os pioneiros no estudo das formas no Novo Testamento, no começo do século XIX; seus estudos se limitam aos evangelhos sinóticos.

quanto ao emprego, com representativa presença nos escritos bíblicos, dada estrutura teológica da soteriologia e da ética cristãs: se, para aquela, a conduta do cristão não era condicionante (o crer se superpõe ao fazer), para esta última era indispensável, como decorrência da primeira; assim, o adequado comportamento seria imprescindível para a construção do *éthos* cristão, para a afirmação positiva de um modo de presença no mundo, para o qual a vinculação à figura do Cristo era essencial (o fazer é motivado pelo crer).

Assim, para exemplificação, apresentamos abaixo alguns trechos parenéticos do Novo Testamento. Começamos com um muito polêmico, cujo conteúdo já passa por questionamento de segmentos feministas e de correntes progressistas do mundo da religião e da Teologia. Trata-se de Efésios 5.22-30:

22 As mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor; **23** porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, sendo este mesmo o salvador do corpo. **24** Como, porém, a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas ao seu marido. **25** Maridos, amai vossa mulher, como também Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela, **26** para que a santificasse, tendo-a purificado por meio da lavagem de água pela palavra, **27** para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito. **28** Assim também os maridos devem amar a sua mulher como ao próprio corpo. Quem ama a esposa a si mesmo se ama. **29** Porque ninguém jamais odiou a própria carne; antes, a alimenta e dela cuida, como também Cristo o faz com a igreja; **30** porque somos membros do seu corpo.

Notam-se algumas características linguísticas: o uso do jussivo (imperativo), para aconselhamento e indicação do correto comportamento; justificativa da prescrição, por meio de cláusulas que indicam finalidade, causa, comparação, conclusão e explicação; menção a Cristo como fator de legitimação. Note-se também o alcance da prescrição, pois vários grupos são mencionados (no excerto transcrito aparecem somente mulheres e maridos, mas sua continuação menciona outros grupos familiares: pais, mães e escravos)⁶.

Trecho igualmente representativo encontra-se em *Romanos* 13.1-7:

1 Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de **Deus**; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. 2 De modo que aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação. 3 Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela, 4 visto que a autoridade é ministro de **Deus** para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é **ministro de Deus**, vingador, para castigar o que pratica o mal. 5 É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência. 6 Por esse motivo, também *pagais*

⁶ Havia catálogos de vícios e virtudes que, muito provavelmente, registravam instruções para os diversos grupos sociais e para diversas circunstâncias da vida. Tinham, também ao que parece, tendência conservadora, dado que se deduz a partir do conteúdo próprio dos excertos presentes no Novo Testamento.

tributos, porque são **ministros de Deus**, atendendo, constantemente, a este serviço. ⁷ *Pagai* a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra. (Grifos nossos).

Trata-se, aqui, de parênese de submissão e acomodação à ordem social (BERGER, 1998). Os recursos linguísticos são os mesmos anteriormente indicados; essa passagem, contudo, tem uma diferença significativa, pois a legitimação do comportamento prescrito não evoca Cristo, mas Deus.

Uma breve sequência narrativa do livro de *Atos dos apóstolos* (4.18-21) é significativa quanto à concomitância de elementos dos três gêneros aristotélicos:

18 Chamando-os, *ordenaram*-lhes que absolutamente não falassem, nem ensinassem em o nome de Jesus. **19** Mas Pedro e João lhes responderam: *Julgai* se é justo diante de Deus ouvir-vos antes a vós outros do que a Deus; **20** pois nós *não podemos deixar de falar* das coisas que vimos e ouvimos. **21** Depois, ameaçando-os mais ainda, os soltaram, não tendo achado como os castigar, por causa do povo, porque todos glorificavam a Deus pelo que acontecera.

Procedimentos argumentativos estão em polêmica deliberativa (“*ordenaram*-lhes que absolutamente não falassem, nem ensinassem em o nome de Jesus” e “nós *não podemos deixar de falar* das coisas que vimos e ouvimos”); a dimensão do gênero judiciário pode ser notada na sequência: “*Julgai* se é justo diante de Deus ouvir-vos antes a vós outros do que a Deus”; e, por fim, o gênero epidítico, pelo efeito indicado no final do trecho: “todos glorificavam a Deus pelo que acontecera”.

Têm interessante convergência os três próximos tipos: a relação pai-filho, a relação mestre-discípulo e o testamento. Todos apresentam como elemento principal a instrução, ministrada normalmente em contexto social específico, associado a ciclos de vida biológica e social, como rito de passagem (maioridade, por exemplo) ou despedida e outorga de poderes, caso dos testamentos (PERDUE, 1990).

Por causa da condição de guia e orientador que pais têm em relação a filhos, a tradição sapiencial emoldura essa relação em *frame* próprio para a instrução, o diálogo⁷. O livro bíblico *Provérbios* apresenta inúmeros exemplos (grifos nossos):

6.20 Filho meu, *guarda* o mandamento de teu pai e *não deixes* a instrução de tua mãe.

7.1 Filho meu, *guarda* as minhas palavras e *conserva* dentro de ti os meus mandamentos.

⁷ *Diálogo* é uma espécie de subtítulo do conto “Teoria do medalhão”; esse recurso formal filia-se à tradição socrática e passa por Luciano, na Antiguidade; é interessante notar que catecismos cristãos têm esse formato.

8.32 Agora, pois, filhos, *ouvi-me*, porque felizes serão os que guardarem os meus caminhos.

As características formais são comuns à parênese bíblica: uso de advertência em forma jussiva (imperativo); uso do vocativo (“filho meu”, “filhos”), que sustenta a estrutura dialógica; cláusulas de motivo; associação da sabedoria à “felicidade”⁸.

A relação mestre-discípulos é similar à anterior; nesse caso, fica marcada relação de precedência do mestre. As epístolas do Novo Testamento contêm exemplos dessa variação, por marcar a relação de mistagogia entre o mestre e os discípulos. Vejamos este exemplo de *1 Coríntios*, 1.10-11, que marca a relação entre o apóstolo Paulo e seus discípulos:

10 *Rogo-vos*, irmãos, pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo, que *faleis* todos a mesma coisa e que não haja entre vós divisões; antes, *sejais* inteiramente unidos, na mesma disposição mental e no mesmo parecer. **11** Pois a vosso respeito, meus irmãos, fui informado, pelos da casa de Cloe, de que há contendas entre vós. (Grifos nossos).

Deve ser notada a permanência dos aspectos formais próprios do gênero: elementos jussivos, vocativo e a legitimação, pela menção a Jesus Cristo.

Um último exemplo, ainda, com outro gênero com características parenéticas: o testamento; o trecho é retirado de *1 Reis*, 2.1-3:

1 Aproximando-se os dias da morte de Davi, deu ele ordens a Salomão, seu filho, dizendo: **2** Eu vou pelo caminho de todos os mortais. *Coragem, pois, e sê homem!* **3** *Guarda* os preceitos do SENHOR, teu Deus, para andares nos seus caminhos, para guardares os seus estatutos, e os seus mandamentos, e os seus juízos, e os seus testemunhos, como está escrito na Lei de Moisés, para que prosperes em tudo quanto fizeres e por onde quer que fores. (Grifos nossos).

Além de ser um testamento, pela transmissão ritual de poder de um rei a um príncipe, o trecho enquadra-se também na relação pai-filho. O testamento resume-se a um conjunto de instruções parenéticas que, se observadas, seriam a certeza da prosperidade⁹. A legitimação ocorre pela evocação a Deus. O trecho é próprio de um rito social de passagem, que credencia o príncipe a assumir novo status, com apoio na tradição e expectativas de satisfação dos valores sociais.

⁸ Em “Teoria do medalhão”, Machado produz esta sequência (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 270), em que são notáveis as marcas de parentesco com *Provérbios*: “Ouve-me bem, meu querido filho, ouve-me e entende”.

⁹ Não se trata, aqui, de prosperidade material, mas da felicidade, a propósito da relação que Aristóteles faz entre o gênero deliberativo e a felicidade. As instruções finais de Jesus aos discípulos, nos evangelhos, não deixam de também ser testamento.

Gênero deliberativo, parênese bíblica e o conto “Teoria do medalhão”, de Machado de Assis

A presença da Bíblia no conto não se resume à moldura parenética em que a narrativa se desenvolve. Há outras menções com interessantes ocorrências de intertextualidade bíblica. Uma delas inspira-se na queda das muralhas de Jericó (*Josué*, 6). Na conquista, Josué, por ordem divina, orientou o povo a dar voltas em torno da cidade, tocando trombetas; na sétima volta, as muralhas caíram. O episódio é utilizado pelo pai de Janjão: “E tu triunfarás, crê-me. Verás cair as muralhas de Jericó ao som das trompas sagradas” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 274). A história bíblica é usada como apoio aos argumentos para que Janjão fosse persuadido da validade deles (PROENÇA, 2011).

Ainda há outro exemplo característico neste trecho do conto: “[...] Podes pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, republicano ou ultramontano, com a cláusula única de não ligar nenhuma ideia especial a esses vocábulos, e reconhecer-lhe somente a utilidade do ‘scibboleth’ bíblico” (ASSIS, 2008, vol. 2, p.274). *Scibboleth* foi uma espécie de senha utilizada para distinguir hebreus irmãos de tribos diferentes, gileaditas e efraimitas. Estes últimos, por pronunciarem o termo com variante sonora, denunciavam a sua origem e, por isso, eram facilmente reconhecidos. Os efraimitas foram mortos pelos gileaditas (*Juízes* 12.1-7). Não há diferença entre ser liberal ou conservador; o que os distingue é apenas uma variante para determinadas palavras, que, no fundo, querem dizer a mesma coisa (PROENÇA, 2011).

No conto de Machado, um pai dá conselhos ao filho, no dia em que este assume a maioridade civil, que lhe dá acesso a novos papéis sociais: “Com que, meu peralta, chegaste aos teus vinte e um anos. [...] o meu desejo é que te faças grande e ilustre, ou pelo menos notável, que te levantes acima da obscuridade comum. [...] É isto o que te *aconselho* hoje, dia da tua maioridade” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 270; *grifos* nossos). O que singulariza a peça é o conteúdo dos conselhos que o pai dá ao filho, porque inesperados. É nessa expectativa não contemplada que reside a dimensão de crítica ao arranjo social da época.

A maioridade configura rito de passagem que vincula o conto aos testamentos e à relação pai-filho. Com isso, percebe-se a filiação do conto à tradição literária sapiencial em geral e parenética bíblica em particular, cujos aspectos formais em comum são: estrutura dialógica; relação pai-filho; formas linguísticas jussivas (de valor imperativo); uso de vocativo. O emprego desses recursos é enfático e intencional.

Dois aspectos do conto serão focados. O primeiro diz respeito ao vazio de ideias que o pai recomenda ao filho; o segundo, à publicidade como meio indispensável para o sucesso na carreira de medalhão¹⁰.

Quanto ao primeiro elemento (ideias vazias), Janjão deveria ter todo o cuidado, não pelo que de novo e desafiador as ideias pudessem apresentar; de acordo com o pai “o melhor será não as ter absolutamente”¹¹. O pai reconhece que o filho tinha vocação para o ofício de medalhão (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 271):

- Tu, meu filho, se me não engano, pareces dotado da perfeita inópia mental, conveniente ao uso deste nobre ofício. [...] refiro-me ao gesto correto e perfilado com que usas expender francamente as tuas simpatias ou antipatias acerca do corte de um colete, das dimensões de um chapéu, do ranger ou calar das botas novas. Eis aí um sintoma eloquente, eis aí uma esperança.

Pode parecer chocante, até, o pai dizer que o filho “era dotado da perfeita inópia mental”; mas é exatamente isso que o credenciaria ao exercício do “nobre ofício”; a habilidade do filho o qualificava apenas a comentar a moda, que remete ao exterior, à aparência das coisas e à vaidade das pessoas.

O filho deveria ir a livrarias somente “por causa da atmosfera do lugar, ou [...] falar do boato do dia, a anedota da semana, de um contrabando, de uma calúnia” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 272). Nesse sentido, o medalhão aprenderia essa “arte difícil de pensar o pensado” e não teria o encargo de estudar e ler, de refletir e criticar, o que tem “o perigo de inocular ideias novas”. “Pensar o pensado” e reproduzir a mesmice é o que valia naquela ordem social.

No plano literário, o vazio de ideias recomendado a Janjão é a eterna mesmice do nada da existência, apontado por *Eclesiastes*; é também indício seguro da luta pela supremacia (o próprio nome do ofício o sugere), que indica a organização polêmica das relações humanas. Vários trechos da obra machadiana indicam isso; reproduz-se a seguir um, de Quincas Borba (então um medalhão precoce), narrado no capítulo XIII das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, em que o narrador fala da propensão de Quincas Borba à supremacia:

Uma flor, o Quincas Borba. Nunca em minha infância, nunca em toda a minha vida, achei um menino mais gracioso, inventivo e travesso. Era a flor, e não já da escola, senão de toda a cidade. [...] Era um gosto ver o Quincas Borba fazer de imperador nas festas do Espírito Santo. De resto, nos nossos jogos pueris, ele escolhia sempre um

¹⁰ O medalhão é alguém muito importante e influente, que procura se dar bem com todos; é um figurão.

¹¹ Esse vazio de ideias pode ser associado à expressão “vaidade das vaidades”, de *Eclesiastes*, livro bíblico efusivamente citado por Machado. O termo original hebraico *hebel* é traduzido por *vaidade* e tem estes sentidos: *vazio, nada, vapor*. A transliteração de *hebel* produziu o nome próprio Abel, personagem bíblico que teve vida fugaz.

papel de rei, ministro, general, uma supremacia, qualquer que fosse. (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 644).

Pode parecer arbitrária essa aproximação entre o vazio de ideias recomendado a Janjão e a busca por supremacia. Mas parece ser esse mesmo o grande enigma a ser decifrado pelos narradores machadianos: nós, humanos, cuja essência é o vapor e o nada¹², organizamo-nos em grupos sociais nos quais impera a busca por supremacia, seja ela qual for, a qualquer preço.

A Retórica reside onde há ideias, fartas e robustas, que devem promover o debate; torna-se ilustre ausente onde elas não existem¹³. A propósito da relação entre retórica e ideias, Alexandre Júnior considera isto:

Quando os antigos dizem que a retórica é a arte de bem falar, fazem-no na consciência de que, para se falar bem é necessário pensar bem, e de que o pensar bem pressupõe, não só ter ideias e tê-las lógica e esteticamente arrumadas, mas também ter um estilo de vida, um viver em conformidade com o que se crê. (JUNIOR, 2005, p. 25).

A publicidade (instauradora da tensão ser vs parecer) é o segundo elemento a ser focado, porque, para ser medalhão, era preciso também saber cortejá-la, “uma dona loureira e senhoril, que tu debes requestar à força de pequenos mimos”¹⁴ (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 273). Trata-se de buscar elogios (segundo Aristóteles), de valer pelos olhos dos outros, de submissão voluntária e consciente à aprovação da opinião alheia¹⁵; essa é uma ênfase da obra machadiana, que aponta essa obsessão como laço frágil que amarra o pacote das conveniências sociais. Viver sob a pressão da opinião alheia é um deslocamento desconcertante, de consequências esquizofrênicas, que produz grave despersonalização¹⁶.

Isso está muito bem caracterizado no conto “O espelho: a teoria da alma humana”. O alferes Jacobina vê-se seduzido pela farda de militar, que lhe confere prestígio social. A certa altura do conto, o personagem vê-se em lugar ermo, sem ninguém que pudesse admirá-lo nem

¹² Isso é confirmado por um trecho de *Esau e Jacó* (ASSIS, 2008, vol. 1, p. 1104): “[...] o tempo é um tecido invisível em que se pode bordar tudo, uma flor, um pássaro, uma dama, um castelo, um túmulo. Também se pode bordar nada. Nada em cima de invisível é a mais subtil obra deste mundo, e acaso do outro”.

¹³ Daí também procede o vazio da existência nesse caso, pois onde há seres humanos há polêmica discursiva que requer a mediação retórica.

¹⁴ *Loureira* é a mulher sedutora que procura agradar a todos. Em termos menos eufemísticos, significa cortesã, prostituta. “Agradar a todos” é o segredo do sucesso na profissão de medalhão. Machado diz, no capítulo IV das *Memórias Póstumas*, que a História é, também ela, uma “eterna loureira”.

¹⁵ Aristóteles diz que a honra é sinal de boa reputação, cujos componentes são, dentre outros, as inscrições, os principais assentos e as estátuas. Sobre isso, o pai diz a Janjão: “[...] a amizade pessoal e a estima pública instigam à reprodução das feições de um homem amado ou benemérito. Nada obsta a que sejas objeto de uma tal distinção, principalmente se a sagacidade dos amigos não achar em ti repugnância. Em semelhante caso, não só as regras da mais vulgar polidez mandam aceitar o retrato ou o busto, como seria desazado impedir que os amigos o expusessem em qualquer casa pública” (ASSIS, vol. 2, p. 273-274).

¹⁶ Aristóteles associa o discurso deliberativo à felicidade, que pode ser buscada em uma boa reputação. Machado observa o fenômeno por outras motivações e chega a diferentes conclusões.

elogiá-lo, o que o deixou triste e deprimido. Ao se mirar no espelho sem a farda, viu-se informe, irreconhecível; com a farda, a imagem recompõe-se no espelho. Prevalece a alma exterior: “o alferes eliminou o homem” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 325). Jacobina se rende: “Achei-me dois” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 327). A farda do alferes, signo de prestígio social, era a sua alma exterior.

Nisso há combinação com a ideia de publicidade que, segundo o pai de Janjão, era meio indispensável para ser um bom medalhão; agradar a todos era indispensável, mas não suficiente, pois todos deveriam perceber e aprovar os esforços para isso empenhados.

O cronista Machado manteve polêmica com *A Cruz*, periódico católico, a respeito da publicação de ações filantrópicas motivadas pela religião. O cronista, em 22 de agosto de 1864, evoca o *Evangelho de Mateus*, 6.2-4, que orienta o procedimento contrário, a não publicação de atos de caridade (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 172). O capítulo sexto de Mateus¹⁷ faz parte do sermão do monte, mas há outras passagens no evangelho que contrastam o interior e o exterior que realçam e dramatizam o conselho que o pai dá ao filho Janjão. Vejamos outras passagens de *Mateus*:

6.2 Quando, pois, deres esmola, não toques trombeta diante de ti, como fazem os hipócritas, nas sinagogas e nas ruas, para serem glorificados pelos homens. Em verdade vos digo que eles já receberam a recompensa.

6.5 E, quando orardes, não sereis como os hipócritas; porque gostam de orar em pé nas sinagogas e nos cantos das praças, para serem vistos dos homens. Em verdade vos digo que eles já receberam a recompensa.

6.16 Quando jejuardes, não vos mostreis contristados como os hipócritas; porque desfiguram o rosto com o fim de parecer aos homens que jejuam. Em verdade vos digo que eles já receberam a recompensa.

23.25 Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, porque limpais o exterior do copo e do prato, mas estes, por dentro, estão cheios de rapina e intemperança!

23.27 Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, porque sois semelhantes aos sepulcros caiados, que, por fora, se mostram belos, mas interiormente estão cheios de ossos de mortos e de toda imundícia!

Machado apropria-se da dinâmica interior vs exterior, descontada a possível contaminação moralista, para realçar a falta de coincidência entre o ser e o parecer; esse descompasso oferece os meios para artimanhas, embustes e trapaças, seja para a conquista de uma superioridade qualquer, seja para agradar; seja, ainda para ambas as intenções¹⁸.

¹⁷ Há evidências convincentes que atestam a predileção que Machado tinha pelo evangelho de *Mateus* (PROENÇA, 2011).

¹⁸ Machado não tinha a ilusão de pretender a coincidência entre o ser e o parecer. Em *Memórias Póstumas*, por exemplo, temos o caso do homem mais honesto conhecido pelo narrador: “Digo apenas que o homem mais probo que conheci em minha vida foi um certo Jacó Medeiros ou Jacó Valadares, não me recorda bem o nome. Talvez fosse Jacó Rodrigues; em suma, Jacó. Era a probidade em pessoa; podia ser rico, violentando um pequenino escrúpulo, e não quis; deixou ir pelas mãos fora nada menos de uns quatrocentos contos; tinha a probidade tão

O narrador da crônica de 11 de novembro de 1897 diz que gostava de buscar coisas mínimas e escondidas, por curiosidade, coisa de míope, cuja vantagem é ver coisas miúdas – onde as grandes vistas não pegam. Acompanhando um leilão de um livro de missa, elegantemente guarnecido de prata, diz (ASSIS, 1985, vol. 3, p. 773):

A proprietária, que tinha exagerado na decoração, [...] abriu mão da salvação da alma, para salvar o corpo [...] mas também quem é que lhe mandou comprar um livro de tartaruga com ornamentações de prata? Deus não pede tanto; bastava uma encadernação simples e forte, que durasse, e feia para não tentar a ninguém. Deus veria a beleza dela.

O final da crônica apresenta o contraste entre o interior e o exterior: Deus veria a beleza interior. É a evocação de parte do sermão do monte, pois está em jogo a ostentação, tema importante na obra de Machado; a força social da opinião alheia, que regula ações, projetando-as para a esfera da tensão entre ser vs parecer, instaura o culto à publicidade.

Conclusão

O gênero deliberativo aristotélico move à ação em busca da felicidade. Da mesma forma, a sabedoria bíblica e a parênese promovem a regulação do comportamento, em consciente ajuste à ordem natural e social, também em busca da felicidade. Elas têm configuração linguístico-formal rica e diversa, de que apresentamos, principalmente, o testamento e a instrução pai-filho, que têm expressiva repercussão em “Teoria do medalhão”.

O conto serve-se de elementos sapienciais e parenéticos da tradição retórica e bíblica, em novo contexto histórico, com ênfases literárias próprias. A felicidade estaria, aparentemente, no ajuste de Janjão à sociedade na qual deveria ser um medalhão. Contudo, a julgar pelo teor das instruções que o pai dá, trata-se de ajuste a um mundo desajustado, marcado pela ausência de ideias, pelo desejo de agradar outras pessoas, em combinação com a busca da publicidade, que submete a essência do ser ao arbítrio do outro. No plano do enunciado, é recomendado o ajuste à ordem social; no da enunciação, há crítica cruel a essa ordem. Daí a ambiguidade, característica dos escritos machadianos.

exemplar, que chegava a ser miúda e cansativa. Um dia, como nos achássemos, a sós, em casa dele, em boa palestra, vieram dizer que o procurava o Dr. B., um sujeito enfadonho. Jacó mandou dizer que não estava em casa. – Não pega, bradou uma voz do corredor; cá estou dentro” (ASSIS, 2008, vol. 1, p. 711). Jacó afirmou que pensava ser outra pessoa, que tinha prazer com a visita. Quando o Dr. B. sai, Brás observa que Jacó, o homem mais probo que ele conhecia, mentira quatro vezes. Jacó conclui que, sem embaçadelas recíprocas, a vida seria insuportável. Uma peça paródica, intitulada “O sermão do diabo”, em um de seus “versículos”, diz: “Bem-aventurados os que embaçam, porque nunca serão embaçados” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 620).

O medalhão não é exemplo de sabedoria e, no entanto, goza de prestígio social; a polarização entre o privado e o público oferece ocasião para a instalação da ambiguidade, o que ocorre não só no conteúdo da narração, mas, sobretudo, na sua forma. Nisso há crítica irônica à ordem social e a seus valores. Tudo isso em um conto que certifica o tino literário do autor, em molde retórico-parenético.

Referências

- ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Prefácio e introdução. In: Aristóteles. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Prefácio e introdução de Manuel Alexandre Júnior (Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- ASSIS, Machado de. **Obra completa**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985.
- ASSIS, Machado de. **Obra completa em quatro volumes**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.
- AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BERGER, Klaus. **As formas literárias do Novo Testamento**. São Paulo: Loyola, 1998.
- GAMMIE, John G. **Paraenetic Literature**: toward the morphology of a secondary genre. In: *Semeia 50*. Atlanta: Scholars Press, 1990.
- MOSCA, Lineide Salvador. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: MOSCA, L. S. (org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanitas, 1999.
- PERDUE, Leo G. The social character of paraenesis and paraenetic literature. In: **Semeia 50**. Atlanta: Scholars Press, 1990.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PROENÇA, Paulo Sérgio de. Jesus e a prosperidade: ecos e desafios da sabedora de Israel. In: **Estudos bíblicos**, n. 99, 2008/3. Petrópolis: Vozes, 2008.
- PROENÇA, Paulo Sérgio de. **Sob o signo de Caim**: o uso da Bíblia por Machado de Assis. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011.
- RAD, Gerhard von. **Teologia do Antigo Testamento**. Volume 1. São Paulo: ASTE, 1973.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Enviado em: 24/02/2020
Aceito para publicação em 13/05/2020